

A DISTÂNCIA NÃO NOS LIMITA

Conferência Nacional será neste final de semana, mas campanha já começou

Bancários protestaram contra demissões no Santander nas redes sociais e com projeções em prédios e Sindicato realiza caravanas nas agências do Centro

Após a realização dos congressos nacionais do Banco do Brasil e da Caixa, no último final de semana, bancários de todo o país se preparam para a 22ª Conferência Nacional da categoria, nos dias 17 e 18 de julho (sexta e sábado) e que também será realizada de forma virtual em função da necessidade de isolamento social como prevenção ao novo coronavírus. Nos bancos públicos a prioridade é a luta contra as privatizações anunciadas por diversas ocasiões pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, além das demandas específicas.

No entanto, em função da mais difícil conjuntura política e econômica das últimas décadas de ataques aos direitos dos trabalhadores pelo Governo Bolsonaro, a campanha salarial já começou antecipadamente. A categoria realizou uma forte campanha nas redes sociais contra as demissões no Santander e no Mercantil do Brasil, tornando a mobilização um dos temas mais comentados no twitter, além de projeções em prédios contra as dispensas do banco espanhol em várias grandes e médias cidades.

DIALOGANDO COM A CATEGORIA

No Rio, o Sindicato realizou caravana nas agências do Centro



No dia 7 de julho o Sindicato realizou caravana nas agências do Centro, mantendo os cuidados de distanciamento e uso de máscaras, para ouvir os bancários e bancárias sobre as prioridades da Campanha Nacional da categoria

no dia 7 de julho para dialogar com os bancários e bancárias sobre a importância da participação de todos na Campanha Nacional da categoria, mostrando que o distanciamento não irá impedir a luta da categoria. Além da defesa do emprego e combate às demissões no setor privado e do combate à privatização nos bancos públicos;

a categoria defende a renovação da Convenção Coletiva de Trabalho e dos acordos específicos por dois anos para preservar os direitos; garantias para o teletrabalho; fim das metas abusivas e, neste período de avanço da Covid-19, o cumprimento de todos os protocolos de prevenção à Covid-19.

Todas as demandas fizeram

parte da pesquisa nacional, que ouviu os trabalhadores sobre os temas que norteiam a campanha 2020. É como diz o lema deste ano: "A distância não nos limita". Na campanha deste ano o uso das redes sociais terá uma função fundamental. Só há vitórias, quando há participação. Sim, vai ter luta. Participe.

17 e 18 de julho: acompanhe em nosso site a 22ª Conferência Nacional dos Bancários

Assembleia para ratificar pauta de reivindicações começa na segunda dia 20 às 18h e termina às 22h do dia 21
A Assembleia começa na segunda dia 20 às 18h e termina às 22h do dia 21, vai ratificar as reivindicações que serão aprovadas na Conferência Nacional. O link para a participação será disponibilizado aqui em nosso site.

36º CONECEF

Empregados da Caixa aprovam combate à privatização e preservação de direitos da CCT

Defesa do SUS e proteção da vida, demandas do Saúde Caixa e da Funcef e unidade contra ataques de Bolsonaro estão entre resoluções aprovadas

O 36º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal realizado neste sábado, dia 11 de julho foi bastante elogiado pelos participantes. Alguns problemas técnicos, comuns para quem participa pela primeira vez do evento de forma virtual, não impediram o êxito do encontro, que reuniu delegados eleitos de todo o país.

Houve um minuto de silêncio em memória dos mortos pela Covid-19 e em solidariedade as famílias que perderam seus entes queridos. Os sindicalistas criticaram o fato de a direção da Caixa não ter dados oficiais do número de bancários mortos pelo novo coronavírus, seguindo a lógica do governo federal de tentar esconder os números da pandemia no Brasil.

CONFERÊNCIA NACIONAL

Foram aprovadas as resoluções que serão levadas para a 22ª Conferência Nacional dos Bancários, que será realizada no próximo final de semana, dias 17 e 18 de julho, também por meio eletrônico em função da pandemia. Os delegados eleitos aprovaram o combate à política privatista do Governo Bolsonaro como prioridade, além da preservação dos

direitos dos empregados previstos na atual Convenção Coletiva de Trabalho e acordo específico, inclusive para quem continuar no teletrabalho após a pandemia.

A estratégia vitoriosa da mesa única também foi confirmada para a campanha salarial deste ano, bem como a defesa do acordo de dois anos como forma de impedir novos prejuízos para os funcionários ante a conjuntura de ataques aos direitos dos trabalhadores. Demandas da Funcef, o fundo de pensão dos empregados do banco e do Saúde Caixa, também estão na pauta de reivindicações dos trabalhadores da empresa.

CONSENSO E UNIDADE

As teses das correntes políticas, disponíveis no App Viva FENAE, foram defendidas pelos representantes das diversas correntes políticas e em seguida foi feita a leitura das propostas encaminhadas pelas bases através dos Encontros Estaduais.

O 36º Conecef foi marcado pelo consenso e unidade: das mais de 120 propostas, apenas três divergências precisaram ser votadas.

“Esse consenso se dá em boa hora, já que é um facilitador para a



união que tanto precisamos construir na defesa da Caixa 100% Pública e dos direitos de seus trabalhadores”, avalia o diretor do Sindicato dos Bancários do Rio e membro da CEE (Comissão de Empresa dos Empregados), Rogério Campanate.

PAINÉIS DESTACADOS

Os participantes reforçaram a defesa das demais instituições e entes públicos como pilar fundamental da soberania nacional, em especial o SUS, sem o qual a tragédia da pandemia da Covid-19 teria sido muito pior.

“A excelente participação dos pa-

lestrantes, Eduardo Moreira, Maria Maeno e Caio Blanco elevaram ainda mais o nível dos debates com suas reflexões sobre vida, democracia, saúde e direitos”, acrescenta o dirigente sindical. Ao longo de todo o Congresso apresentaram-se diversos artistas que concorreram no concurso do “Talentos Fenae”, tornando o evento ainda mais atraente e especial.

“A unidade da categoria será fundamental como nunca na história em função desta conjuntura tão dura e adversa. Unidos vamos superar estas dificuldades e como diz o lema deste ano, a distância não vai impedir a nossa luta”, afirma o vice-presidente do Sindicato, Paulo Matileti.

Unidades convocam empregados para trabalho presencial sem passar por programa médico

Procedimento incorreto contraria ao próprio protocolo da Caixa e bancários prejudicados devem denunciar a prática abusiva ao Sindicato

O Sindicato dos Bancários do Rio tem recebido denúncias de que gestores da Caixa Econômica Federal têm convocado empregados para retornarem ao trabalho presencial porque não se enquadrariam mais nos grupos de risco (como hipertensos controlados). Em alguns casos, entretanto, este retorno foi imposto sem que os trabalhadores passassem pelo Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme prevê o próprio protocolo de prevenção à Covid-19 da empresa, que foi pactuado com as representações sindicais. “Os empregados só podem retornar se eles forem considerados aptos pelo PCMSO e houve casos de empregados convocados sem realização do procedimento. No protocolo atualizado está registrado que a Caixa manterá todos os

empregados que constam como Grupo de Risco no seu programa de acompanhamento médico em trabalho remoto. O problema é que quem é do grupo de risco e não consta essa informação no PCMSO está sendo convocado para trabalho presencial”, alerta o diretor do Sindicato, Rogério Campanate.

INFORME AO SEU GESTOR

O Sindicato lembra que é o empregado quem precisa informar ao seu Gestor que pertence ao Grupo de Risco, bem como assinar o termo de autodeclaração de saúde Covid-19 no Portal Integramais. Caso o empregado tenha informado que pertence ao Grupo de Risco e não conste no PCMSO, deverá ser manti-

do em Projeto Remoto até que seja agendada a consulta médica do programa de saúde, visto que a Portaria define no item 2.11 que a “organização deve manter o registro atualizado, à disposição dos órgãos de fiscalização”. “Identificamos alguns casos de trabalhadores do grupo de risco, que possuem inclusive atestado médico comprovando essa condição, mas ainda assim foram convocados para trabalhar porque não estariam mais enquadrados neste grupo. Orientamos que esses empregados procurem imediatamente o Sindicato para tomarmos as devidas providências. A unidade que convocar o empregado para trabalho presencial sem a realização do PCMSO está agindo de forma contrária a própria orientação da Caixa”, acrescenta Campanate.

BANCÁRIO

Presidenta: Adriana Nalesso – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redator:** Olyntho Contente - Mtb 14173/RJ - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – **Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: Virtual**

Manutenção dos direitos da CCT, mesa única e combate às privatizações são prioridades no BB

Resoluções foram aprovadas no 31º Congresso dos Funcionários do BB. Propostas serão encaminhadas para a 22ª Conferência Nacional da categoria

Manutenção das cláusulas do atual acordo coletivo específico, acrescentando um item referente à eleição de delegados sindicais; mesa única de negociação; campanha em defesa do Banco do Brasil como banco público e manutenção de direitos. Estas foram as principais resoluções aprovadas neste domingo (12/7), no 31º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado virtualmente. As propostas serão encaminhadas para a 22ª Conferência Nacional dos Bancários, que ocorrerá nos dias 17 e 18 de julho, definindo a minuta de reivindicações e a estratégia da campanha nacional da categoria para a negociação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Tanto a conferência, quanto os congressos, são coordenados pela Contraf-CUT

PROPOSTAS E MOÇÕES

Foram aprovadas, ainda, propostas encaminhadas pelas federações filiadas à Contraf-CUT que, junto com a Comissão de Empresa dos Funcionários do BB, coordenou o congresso. Entre elas, reivindicações relativas à covid-19 – como garantia de fornecimento de equipamentos de proteção individual, testagem em massa, fechamento de agências com funcionário com sintomas da doença, higienização e desinfecção de locais de trabalho e suspensão de metas; ampla divulgação nas mídias sociais e na mídia comercial da campanha em defesa do BB e dos demais bancos públicos; criação de uma frente ampla em defesa do BB; conscientização do funcionalismo sobre a importância de defender o banco, a Previ e a Cassi; e ampliação dos delegados de base, passando a proporção da atual 1



por 80 empregados, para 1 por 50. Além disso, todas as moções apresentadas foram aprovadas. Entre elas, uma de repúdio ao ministro da Economia Paulo Guedes, pela insistência em privatizar o BB e pela forma desrespeitosa com que tem se referido a esta instituição brasileira secular; moção de repúdio ao assédio sofrido pelo funcionário que criticou a negociata que foi a entrega da carteira de crédito do Banco do Brasil ao BTG-Pactual de Guedes; e contra o assédio de gestores por cumprimento de metas durante a pandemia. Foram aprovadas, ainda, moções exigindo a libertação dos manifestantes presos no Chile por ordem do presidente de direita Sebastian Piñera, e, do argentino Sebastian Romero, preso em seu país durante os protestos contra a reforma da Previdência, ainda no governo Rogério Macri

IMPORTÂNCIA DO 31º CNFBB

O coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga, agradeceu a participação dos delegados e ressaltou a importância do congresso para a Campanha Nacional dos Bancários e para a luta específica dos funcionários. “Vivemos um momento difícil de

nossa história, tanto no país e no mundo, quanto no banco. Querem acabar com tudo o que é público, com tudo o que possibilita o povo brasileiro a ter uma vida melhor. Não podemos ver isso e ficarmos calados. Temos que mostrar que o Banco do Brasil é o do povo brasileiro”, disse Fukunaga. A presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, declarou que a defesa dos bancos públicos está no centro da campanha nacional dos bancários deste ano. “O movimento de agricultores familiares costuma dizer que ‘se o campo não planta, a cidade não janta’. Vou adaptar esse lema acrescentando que se os bancos públicos não oferecem crédito, os produtores rurais não conseguem plantar”, disse. “Nos debates de hoje vimos o

quanto o Banco do Brasil é importante na concessão de crédito para os produtores rurais e também para as micros, pequenas e médias empresas. E ao Banco do Brasil se soma as ações da Caixa, do BNB, do Basa e dos demais bancos públicos. São eles os responsáveis pelo desenvolvimento do país e serão eles que nos ajudarão a sair da crise na qual nos encontramos. Por isso, a defesa do BB e dos demais bancos públicos será o ponto central de nossa Campanha Nacional”, completou a presidenta da Contraf-CUT.

MESA ÚNICA

O coordenador da CEBB também ressaltou a importância da unidade da categoria e da manutenção da mesa única de negociações com os bancos públicos e privados. “A primeira premissa dessa campanha é defender a mesa única de negociações. Só a nossa unidade pode fazer que a gente saia com vitórias dessa campanha”, destacou. “Além do mais, defender a mesa única é também defender o Banco do Brasil e os direitos dos funcionários”. Confira em nosso site os detalhes dos painéis apresentados no evento.

CPA10/CPA20 e outras certificações

O Sindicato vai realizar nesta quarta-feira, dia 15 de julho, às 19 horas, uma live para tratar de CPA10 e CPA20 e outras certificações exigidas pelo mercado e que hoje são essenciais para a carreira profissional dos bancários. O encontro terá a participação do diretor do Instituto Brasileiro de Estudos para o Mercado, Anderson Passos e contará ainda com a participação da presidenta do Sindicato do Rio Adriana Nalesso e do diretor de Formação Sindical da entidade, Sérgio Amorim. Para participar é só entrar no link que será disponibilizado aqui em nosso site ou ainda pelo youtube ou facebook. Participe e tire todas as suas dúvidas.



Edital de Assembléia Geral Extraordinaria

O SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, com CNPJ sob o nº 33.094.269/0001-33, situado na Av. Presidente Vargas 502/ 16º, 17º, 20º, 21º e 22º, andares Centro, Rio de Janeiro, por sua Presidenta abaixo assinada, nos termos de seu Estatuto, CONVOCA todos os empregados em estabelecimentos bancários dos bancos públicos e privados, sócios ou não sócios, que atuem na base territorial deste sindicato, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária que se realizará de forma remota/virtual durante o período das 18:00 horas do dia 20 de julho de 2020 até às 22:00 horas do dia 21 de julho de 2020, na forma disposta no site www.bancariosrio.org.br (página oficial do Sindicato na Internet), onde estarão disponíveis todas as informações necessárias para deliberação acerca da seguinte pauta: 1- Autorizar a diretoria do Sindicato a negociar e celebrar Convenção Coletiva de Trabalho, Convenção Coletiva sobre participação dos empregados nos lucros e/ou Resultados dos Bancos, Convenção Coletiva de Trabalho sobre Relações Sindicais e Acordos Coletivos aditivos à CCT e, frustradas as negociações, defender-se e/ou instaurar dissídio coletivo de trabalho, bem como delegar poderes para tanto. 2- Deliberar sobre a minuta de pré-acordo de negociação e minuta da Pauta de Reivindicações da categoria bancária, data base 01 de setembro, definidas na 22ª Conferência Nacional dos Bancários que inclui desconto a ser feito nos salários dos empregados em razão da contratação a ser realizada (contribuição negocial).

Rio de Janeiro, 14 julho de 2020 - Adriana da Silva Nalesso - Presidenta

Encontro de bancos privados nesta terça (14)

Os encontros nacionais dos funcionários dos bancos Santander, Itaú e Bradesco ocorrem nesta terça-feira (14). O do banco espanhol começa a partir das 9h. No Itaú e no Bradesco serão a partir das 15h. As atividades fazem parte do calendário da Campanha Nacional dos Bancários e definirá o plano de lutas específicas. A defesa dos empregos, garantias dos direi-

tos previstos na atual Convenção Coletiva, combate às metas abusivas e ao assédio moral e cumprindo dos protocolos de prevenção à Covid-19, além de direitos no teletrabalho estarão na pauta. No caso do Santander, como o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) foi aprovado e assinado, o encontro também será utilizado para formação sobre comunicação em rede.

Itaú: Sindicato consegue mais duas vitórias na Justiça contra abusos no plano de saúde

Decisões garantem direitos dos beneficiários continuarem com o plano mesmo após serem demitidos, pagando o valor integral vigente na ocasião da dispensa

O Departamento Jurídico do Sindicato conseguiu mais duas importantes vitórias na Justiça contra os abusos cometidos pelo Itaú em relação ao plano de saúde de funcionários que são demitidos ou se aposentam. Nas duas situações foram concedidas Tutela de Urgência, tornando imediatos os efeitos da sentença.

No primeiro caso, o bancário que tinha um plano da Unimed, foi demitido sem justa causa e manifestou a vontade de continuar com o plano, mesmo ciente de que nestes casos é necessário o trabalhador arcar com o valor integral vigente no momento de sua dispensa. O valor a ser pago deveria ser de R\$536,45 por pessoa, totalizando R\$1.072,92 extensivo à sua esposa. Entretanto, ao receber o boleto, o bancário foi surpreendido com um valor da mensalidade muito maior: R\$2.069,58 por pessoa, totalizando R\$4.139,15. A juíza Beatriz Prestes Pantoja, da 8ª Vara Cível de Niterói, concedeu Antecipação de Tutela, garantindo o valor do plano de saúde coletivo empresarial pago pelo empregado na ocasião de sua demissão.



Adriano Campos e Adriana Nalesso comemoram mais uma vitória do Departamento Jurídico do Sindicato, desta vez contra os abusos no plano de saúde por parte do Itaú

Segundo a magistrada, “a parte ré tentou burlar as normas previstas, cobrando mensalidades em desacordo com o que estabelece a Lei. Além de garantir o valor correto do plano, a sentença estabeleceu indenização de R\$7 mil para o funcionário em função da cobrança abusiva cobrada pelo banco.

DIREITOS DOS BENEFICIÁRIOS

A outra vitória, também conseguida através de Tutela de Urgência, garantiu os direitos de uma bancária a manter seu plano da Fundação Saúde Itaú no valor vigente de sua demissão, através da

decisão do Juiz titular Carlos Sérgio dos Santos Saraiva, da 43ª Vara Cível do Rio de Janeiro.

O magistrado alegou que o banco descumpriu o inciso I e o parágrafo 1º do artigo 1º da Lei 9656/98, prevendo que, “em casos de rescisão ou exoneração de contrato de trabalho sem justa causa são garantidas as mesmas condições da cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho”, assegurando também “a extensão da norma ao grupo familiar” da beneficiária.

A decisão considera ainda que “a falta de informação a respeito da contribuição realizada pelo antigo

empregador constitui burla à previsão legal garantidora, ainda mais que a operadora de saúde faz parte do mesmo conglomerado”, o banco Itaú.

A bancária pagava R\$820 de plano de saúde quando trabalhava no banco. Com a mudança, o valor saltou para R\$3.930,60, tornando impraticável para a trabalhadora manter sua assistência de saúde. O juiz facultou a autora da ação o depósito em juízo no valor de R\$822,63. O diretor do Sindicato Adriano Campos destacou o trabalho eficiente dos advogados do Departamento Jurídico da entidade.

“Graças à assessoria jurídica eficiente da equipe do Sindicato, neste caso tendo a frente o advogado Alisson Neves, conseguimos reparar mais estes abusos do Itaú na cobrança dos planos de saúde de bancários demitidos. Ressalto ainda o trabalho de todos os funcionários de nosso Departamento Jurídico”, afirma Adriano.

Os bancários devem enviar suas demandas jurídicas ao Sindicato pelo email juridico.emergencial@bancariosrio.org.br. É rápido e seguro.

Vitória no Santander: ação judicial do Sindicato garante direitos no plano de aposentadoria

Banco criou novo plano sem migração e com vários prejuízos. Departamento Jurídico impede o que seria a pior destruição dos direitos dos beneficiários

Após duas vitórias históricas no Itaú - o fim da divulgação de ranking de metas e a garantia do plano de saúde para filhos com mais de 25 anos - agora foi a vez dos trabalhadores do Santander serem beneficiados pela ação ágil e eficiente do Departamento Jurídico do Sindicato. O banco espanhol queria seduzir os empregados a migrarem a um novo modelo de plano previdenciário em que os bancários perderiam uma série de direitos. O plano de previdência apresentado pelo Santander seria dirigido exatamente ao público que já tem direito adquirindo à renda vitalícia. Mas graças à ação do Sindicato, através de uma antecipação de tutela atendida pela Justiça, os bancários conseguiram a preservação dos direitos previstos no atual plano do Banesprev (Fundo Banespa de Seguridade Social). “Esta proposta do Santander de um novo modelo no plano previdenciário representaria a extinção de direitos dos banespianos e demais trabalhadores egressos de outros bancos adquiridos pelo banco”, avalia a diretora do Departamento Jurídico Cleyde Magno.



Cleyde Magno (E), diretora do Departamento Jurídico do Sindicato: “Conseguimos impedir a mudança unilateral para o novo plano previdenciário, garantindo os direitos dos banespianos e demais trabalhadores egressos de outros bancos que foram adquiridos pelo Santander”

ENTENDA A DECISÃO

A juíza Cissa de Almeida Biasoli, da 75ª Vara da Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro concedeu a antecipação de tutela de urgência solicitada pelos advogados do Sindicato anulando a proposta elaborada unilateralmente pelo banco. Além disso, o Santander está impedido de apresentar quaisquer outras

propostas unilaterais sem considerar o grupo técnico que deveria ser instituído conforme Termo de Compromisso assinado, mas que o banco não fez, tomando a decisão sem a participação das partes interessadas. A magistrada lembra que é de “fundamental importância garantir a qualidade de vida após a aposentadoria”, o que garante o atual modelo e que a sua “continuidade e permanência são essenciais para os trabalhadores, razão pela qual as demandas relativas à referida entidade são objetos de negociação coletiva”. Informa ainda que o banco descumpriu o Termo de Compromisso para o biênio 2018/2020 pactuado entre as partes (o banco, representantes do Banerprev e os empregados) se comprometendo com a manutenção do modelo previdenciário do Banesprev assegurado no edital de privatização, e por prazo indeterminado, assegurando a prestação de serviços.

No mês de maio, no ápice da crise de saúde da pandemia, o banco convocou uma reunião para a criação unilateral do novo plano, prejudicial aos beneficiários.

Em sua decisão, a juíza Cissa Biasoli afirma que a Constituição Federal destaca o dever social das instituições privadas, que deve ter “compromisso com a valorização do trabalho e que não podem visar apenas seus interesses de lucro e de mercado”.

IDOSOS EM RISCO

Para a Justiça, a formação paritária do grupo de trabalho não poderia deixar de ser realizada, mesmo com a justificativa da crise decorrente da pandemia. Ao contrário, afirma a magistrada, “são em momentos de tamanha gravidade que todos os setores envolvidos devem ser chamados a participar”. Acrescenta que as alterações no plano “afetam diretamente os idosos, beneficiários dos planos em discussão, e que são os mais suscetíveis às complicações do Coronavírus, e por isso constituem o maior grupo de risco da Covid-19” “É mais uma vitória digna de comemoração por parte da categoria”, conclui Cleyde.